



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**RESOLUÇÃO Nº 12, DE 14 DE OUTUBRO DE 2010**

A Comissão Intergestores Tripartite-CIT, de acordo com as competências estabelecidas em seu Regimento Interno e na Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social- NOB/SUAS, e:

Considerando a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;

Considerando que a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, aprovada pela Resolução nº 145, de 14 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS, dispõe sobre a institucionalização da Assistência Social como direito de cidadania sob responsabilidade do Estado;

Considerando o disposto na Norma Operacional Básica do SUAS-NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005;

Considerando que o Sistema Único de Assistência Social- SUAS é um sistema de proteção social público não-contributivo, com gestão descentralizada e participativa, que regula e organiza no território nacional os serviços, programas e benefícios socioassistenciais e que a União, o Distrito Federal e os Municípios são co-responsáveis por sua gestão e cofinanciamento;

Considerando os termos da Resolução CNAS nº 32, de 8 de outubro de 2010, que aprova critérios de partilha dos recursos das Ações de Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial para construção de CRAS e CREAS, resolve:

Art. 1 Pactuar que os municípios e Distrito Federal que atendam os requisitos dispostos nos artigos 2 e/ou 3 da Resolução CNAS nº 32, de 8 de outubro de 2010, poderão apresentar propostas para construção de CRAS e/ou CREAS, até 5 de novembro de 2010.

Art. 2 O MDS disponibilizará em seu sítio institucional projetos básicos de engenharia para construção CRAS e CREAS, cujo uso será opcional, seguindo o parâmetro de porte e as normativas vigentes, bem como a lista dos municípios que atendam os requisitos dispostos nos artigos 2 e/ou 3 da Resolução CNAS nº 32, de 8 de outubro de 2010, o Manual de Instruções, Diretrizes e Procedimentos Operacionais para Contratação e Execução de Programas e Ações da Secretaria Nacional de Assistência Social e a Portaria publicada que aprova critérios de partilha de recursos estabelece fluxos e procedimentos para análise e aprovação dos projetos para o ano de 2010.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**MARIA LUIZA AMARAL RIZZOTTI**

**Secretaria Nacional de Assistência Social**

**EUTÁLIA BARBOSA RODRIGUES**

**Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado de Assistência Social**

**IEDA MARIA NOBRE DE CASTRO**

**Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social**